

**A. I. Nº** - 206880.0006/17-8  
**AUTUADO** - VANDILSON DIAS VIANA  
**AUTUANTE** - EDIMAR NOVAES BORGES  
**ORIGEM** - INFAZ BOM JESUS DA LAPA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET - 24. 11. 2017

#### **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0193-01/17**

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL UTILIZAÇÃO INDEVIDA. IMPOSTO ESCRITURADO EM DUPLICIDADE. Autuado elide a autuação ao comprovar que retificara a sua Escrituração Fiscal Digital (EFD), antes do início da ação fiscal, excluindo o crédito fiscal lançado indevidamente. O próprio autuante na Informação Fiscal reconheceu assistir razão ao impugnante. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/2017, formaliza a exigência de ICMS no valor total histórico de R\$150.010,06, acrescido da multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração a legislação do ICMS imputada ao autuado: Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente às mercadorias existentes no estoque no momento do ajuste de estoque a fim de adequá-lo às regras de substituição ou antecipação tributária. Conforme Demonstrativo: Utilização em duplicidade de crédito fiscal de ICMS referente às mercadorias existentes no estoque no momento do ajuste estoque a fim de adequá-lo às regras de substituição ou antecipação tributária.

O autuado, por intermédio de advogado legalmente constituído, apresentou defesa (fls. 8 a 10). Afirma que autuante não observou que retificou a sua Escrituração Fiscal Digital (EFD), corrigindo o lançamento dos créditos sobre os estoques existentes, conforme Registros Fiscais da Apuração do ICMS – Operações Próprias.

Esclarece que com a exclusão do crédito fiscal lançado em 31/07/2015 usufruiu somente do crédito fiscal lançado em 31/01/2015, não constituindo utilização de crédito fiscal indevido sobre estoque em duplicidade. Salienta que para comprovar o que alega basta o autuante consultar a EFD.

Consigna que o autuante em conversa com o representante legal da empresa reconheceu o equívoco do lançamento do crédito tributário em questão. Observa que retificou sua EFD antes da lavratura do Auto de Infração, razão pela qual requer que o Auto de Infração seja julgado nulo ou improcedente.

Conclusivamente, diz que não cometeu qualquer infração, sendo que o lançamento não possui fundamentação legal, contém insegurança na determinação da infração, pois não usufruiu indevidamente em duplicidade créditos de ICMS referentes a mercadorias existentes no estoque no momento do ajuste de estoque, a fim de adequá-lo às regras de substituição ou antecipação tributária. No intuito de dirimir qualquer dúvida a respeito requer que seja consultada a EFD referente às competências 31/01/2015 e 31/07/2015.

Finaliza a peça defensiva requerendo a nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

O autuante prestou Informação Fiscal (fls. 21/22). Diz que não observou que o contribuinte retificou sua escrituração fiscal digital, corrigindo os lançamentos dos créditos fiscais sobre os estoques existentes, excluindo o crédito fiscal lançado em 31/07/2015, utilizando tão somente o crédito fiscal lançado em 31/01/2015. Acrescenta que revendo o procedimento de auditoria, e considerando a prova material apresentado pelo impugnante, no caso a EFD retificadora, excluindo o crédito fiscal lançado em 31/07/2015, e tendo em vista a constatação de sua veracidade, admite seu erro e diz inexistir a infração.

Finaliza a peça informativa opinando pela improcedência do Auto de Infração.

## **VOTO**

De início, cabe observar que o lançamento de ofício em exame foi realizado em conformidade com as disposições do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, inexistindo qualquer vício ou falha que o inquine de nulidade.

O impugnante indica a Rua Coronel Magno, 243, Sala 101, Edifício Equipe, Centro, CEP: 47800-121, Barreiras, Estado da Bahia, como local onde receberá intimações e notificações. Saliento que inexistente óbice para que o órgão competente da repartição fazendária atenda a solicitação, contudo, cabe consignar que o não atendimento não implica em nulidade do ato, haja vista que as formas de intimação ao contribuinte são aquelas previstas no art. 108 do RPAF/99.

No mérito, o autuado foi acusado de ter utilizado indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias existentes no seu estoque no momento do ajuste de estoque a fim de adequá-lo às regras de substituição ou antecipação tributária. Ou seja, foi acusado de ter utilizado em duplicidade crédito fiscal.

O impugnante alega que o autuante não observou que retificara a sua Escrituração Fiscal Digital (EFD), corrigindo o lançamento dos créditos sobre os estoques existentes, conforme Registros Fiscais da Apuração do ICMS – Operações Próprias.

Esclarece que com a exclusão do crédito fiscal lançado em 31/07/2015 utilizou somente o crédito fiscal lançado em 31/01/2015, não constituindo utilização de crédito fiscal indevido sobre estoque em duplicidade.

O próprio autuante na Informação Fiscal reconheceu que não observara que o contribuinte retificara sua escrituração fiscal digital, corrigindo os lançamentos dos créditos fiscais sobre os estoques existentes, excluindo o crédito fiscal lançado em 31/07/2015, utilizando tão somente o crédito fiscal lançado em 31/01/2015, portanto, inexistindo a infração.

Conclusivamente, o autuante opinou pela improcedência do Auto de Infração.

Como se observa o lançamento de ofício em exame foi realizado de forma equivocada, haja vista que o autuado procedera a retificação do lançamento do crédito fiscal que lançara indevidamente em 31/07/2015, antes do início da ação fiscal, portanto, inexistindo a conduta infracional imputada ao autuado.

Assim sendo, a infração é insubsistente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206880.0006/17-8**, lavrado contra **VANDILSON DIAS VIANA**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de novembro de 2017.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR